

VII Colóquio Internacional Marx-Engels

Pequena crítica a um grande prejuízo: totalidade e classe social contra reducionismo cultural nas análises do EZLN.

Diego Marques Pereira dos Anjos. Pesquisador Independente.

Introdução

O Exército Zapatista de Libertação Nacional é um dos fenômenos sociais mais estudados nos últimos anos. A própria data do levante do grupo é explicativa do interesse que o movimento desperta: 1º de Janeiro de 1994. Aos desavisados a incerteza era imensa e os ideólogos disseminavam o “fim da história” com a supremacia da sociedade capitalista Ocidental, isto é, de um lado tinha-se uma esquerda que se encontrava imóvel ante às apostas que tinham feito na supremacia do capitalismo de Estado Soviético (que em algum momento levaria a uma sociedade comunista) e do outro lado representantes ideológicos das classes dominantes que proclamavam as surpremacias do mercado, da capacidade individual e do progresso contínuo que as sociedades civilizadas experimentariam, já que a época dos conflitos sociais tinha ficado para trás. Mero engano, ou apenas desejo incontido. A permanência da forma de organização social baseada na expropriação do que é produzido socialmente, que por sua vez é geradora de classes sociais antagônicas, impediu que esta tão sonhada sociedade do valor, do mercado e do indivíduo caminhasse sem percalços. Assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar como a dinâmica da luta de classes se expressa nas próprias análises sobre o levante, representando elas mesmas uma parte da reação do capital sobre a luta dos trabalhadores sendo uma tentativa de deformar e confundir a realidade. Para tanto, nos utilizaremos de categorias de análise do real presentes no método materialista de análise da história, são elas a categoria de totalidade e conceito de modo de produção.

Análise do real e referencial teórico

Para compreender o real é necessário entender a totalidade que este conforma, isto é, a partir de conceitos e categorias nos é possível descobrir a dinâmica que determinado fenômeno social possui em determinada sociedade. O método materialista de análise da história se caracteriza por isso: compreender que a realidade social existente é resultado da ação humana e só pode ser compreendido enquanto tal. A ação humana se desenvolve no sentido de que para manterem-se vivos os seres humanos executam determinadas atividades, que correspondem a determinadas necessidades, que se não são satisfeitas se tornam obstáculos intransponíveis a continuidade da vida humana, por exemplo, alimentar-se, ter um abrigo contra as intempéries, manter contatos com

outros seres humanos, retirar meios materiais da natureza, reproduzir etc. A satisfação destas necessidades tem como consequência a transformação de outras potencialidades em novas necessidades (ambas mediatizadas pela capacidade produtiva que tem o ser humano de realizá-las, trabalho, e pela vontade que anteriormente formulou, caracterizando a consciência). Estas potencialidades podem ser desenvolvidas ou não, pois estão inseridas em determinados contextos de determinadas sociedades.

As sociedades humanas se caracterizam por estar organizadas de determinada forma visando à satisfação de suas necessidades. Historicamente existem as sociedades sem classes e as classistas. A existência de classes sociais significa uma forma de organização social onde a satisfação das necessidades passa a ser mediada pela existência de grupos que se apropriam do que é socialmente produzido. Três conceitos fundamentais pretendem demonstrar a dinâmica das formas de organização social baseadas em classes, são eles: forças produtivas, relações sociais de produção e formas de regularização da vida social. Forças produtivas englobam a “força de trabalho, meios de produção e meios de distribuição” (VIANA, 2007, pg. 79) ao passo que as relações sociais de produção correspondem às “relações de trabalho e de distribuição” (VIANA, idem, pg. 80); aqui chegamos ao ponto crucial de nossa exposição: é somente a partir de determinadas relações sociais de produção que determinadas forças produtivas existem, ao contrário do que as interpretações economicistas tentam passar, as forças produtivas não possuem autonomia alguma, já que “terras, fábricas, meios de transporte etc. não podem desenvolver-se por si mesmas” (VIANA, idem, pg. 80). O que queremos dizer é que toda dinâmica social tem como fundamento as relações sociais de produção, e se estas são relações entre classes, é a luta de classes o fio condutor da história.

Por sua vez, as formas de regularização “são determinadas relações sociais reais realizadas por indivíduos reais que utilizam determinados meios materiais com o objetivo de reproduzir as relações de produção dominantes e que são engendradas pelo modo de produção dominante” (VIANA, idem, pg. 76), apesar de as classes exploradas também possuem formas de regularização. As instituições (estatais e privadas), normas, direito e principalmente o Estado constituem os meios para se regularizar as relações sociais.

Em resumo, a partir da dinâmica das sociedades classistas, isto é, das sociedades que são movidas pela luta de classes tentaremos guiar nosso estudos com as seguintes categorias de análise do real: modo de produção (relações de produção e forças produtivas) e formas de regularização. A articulação desses elementos representa a totalidade, que possui como determinação fundamental o modo de produção.

Para o fenômeno que analisamos, o EZLN e sua relação com a sociedade, este pressupostos metodológicos pretendem compreender a complexidade das relações sociais em que tal movimento

social está inserido, e que por sua vez expressa em seu interior. Em contrapartida, faremos um paralelo demonstrando as principais deficiências de alguns trabalhos que tratam do EZLN como um fenômeno eminentemente indígena. Nossa hipótese é de que a maioria destes trabalhos se baseia em um reducionismo positivista quer seja ele em sua dimensão política, cultural, ético, tecnológico/economicista, etc.

Limites teóricos em uma sociedade deformadora

Ante tantas incompreensões e deformações da realidade social de Chiapas e, sobretudo do movimento organizado chamado EZLN, achamos mais oportuno começarmos nossa exposição demonstrando os limites das interpretações Di Felice.

Massimo Di Felice em ensaio sobre as “Sete deslocções que diferenciam o EZLN dos demais movimentos sociais” se propõe a entender o EZLN apartir do seu “ser indígena”, neste texto o autor argumenta que este movimento seria

Uma organização anômala no interior do cenário político mundial. A utilização das categorias políticas européias e das ideologias que arcaram a conflitualidade social na época moderna, também na América latina, resultam, portanto, insuficientes para compreender tal movimento, seu impacto e seu significado no novo cenário político pós-guerra-fria (Di Felice, 2002, p. 30).

Assim, estudar o EZLN é estudar o movimento per si, desconectado da sociedade em que está inserido dado que a “lógica política da modernidade e das suas categorias estáticas e binárias, campo/cidade, estado/sociedade civil, esquerda/direita etc.” (DI Felice, idem, p. 29) é uma lógica diferenciada, oposta à dinâmica que as comunidades indígenas possuem. Nesta frase se percebe a concepção metafísica que este autor traz, o EZLN e suas bases sociais, o “ser indígena”, parecem estar numa outra dimensão.

O “ser indígena” que Di Felice julga ser a base social do movimento não se encontra nos discursos, nem muito menos na prática do EZLN. E mesmo que se houvesse correspondência no discurso do EZLN, a questão fundamental é outra. Para além do discurso do EZLN é necessário encontrar a base real de sustento do movimento, já que nem a interpretação metafísica do “ser indígena” ou a propaganda governamental pós-levante que denunciava o movimento como controlado por profissionais da violência (MONTEMAYOR, 1997) nos satisfazem. Nossa hipótese é de que a base social do EZLN são as comunidades de camponeses indígenas; como argumentou Montemayor seria impossível que guerrilheiros conseguissem construir e manter um exército com mais de dois mil combatentes, apenas os visíveis nos primeiros dias da revolta (ou invisíveis como queiram), sem contar com um amplo apoio das comunidades da selva lacandona; para Montemayor aos contingentes militares “se agregabam al menos diez mil más, como cálculo prudente de las bases de apoyo no militar, sino social, de cinco personas por cada combatiente” (MONTEMAYOR, idem,

p. 44).

Uma classe social em luta

Para entender Chiapas precisamos partir de uma constatação inicial: o desenvolvimento das relações sociais em Chiapas não é um reflexo do desenvolvimento das relações sociais que constatamos nos outros Estados Mexicanos. A colonização de Chiapas foi através das temíveis *encomiendas*, onde os agraciados com as mercês reais tinham a seu dispor enormes extensões de terra e agregado a elas todos os nativos que conseguissem catequizar (HILSENBECK, 2007). Esta é a origem das reduções indígenas a determinados locais, o que mais tarde será legalmente denominado de ejido: uma extensão territorial que reproduz as relações entre os indígenas e destes com a sociedade ao redor, isto é, com relações de produção capitalistas. A nosso ver será a disputa em torno destas terras o que conflagrará os inúmeros conflitos, inclusive o surgimento do EZLN. Nossa ideia é de que uma vez legitimada pelo Estado, estas unidades territoriais garantem uma vitória e uma derrota ao mesmo tempo: vitória porque garantem a posse de suas terras tradicionais, mas derrota porque sendo legitimada pelo Estado este conseguiu um mecanismo de cooptação das lideranças, os famosos caciques que no fundo se rendem à satisfação de alguns interesses pessoais impedindo qualquer forma de levantamento das comunidades (BUSTOS, 2009); A tática do Estado é a de partindo da cooptação empreender um fisiologismo que garanta que as comunidades fiquem absortas, isto principalmente no período de domínio do partido-Estado, segundo Ramírez:

Los campesinos no obstante, son sujetos políticos de intereses del poder que no atienden sus demandas y más bien les utilizan para fines de promoción política, las familias crecen y los terrenos no por lo que la aparente bonanza del campo se traduce en empobrecimiento agrario y expulsión de campesinos a las áreas urbanas (RAMÍREZ, 2009, pg.87).

Os ejidos ficam no meio das disputas políticas para cooptá-los, na verdade, o desinteresse real com que o Estado lida com eles se traduz em que o elemento que se beneficiará será a pequena propriedade privada:

Es la pequeña propiedad la beneficiaria de los apoyos al campo, créditos bajo subsidio a cambio de la modernización, pozos e infraestructura hidráulica como desarrollos agrícolas caracterizan la llamada revolución verde en el país. Los mercados nacionales, bajo proteccionismo agrícola propician el fortalecimiento de agronegocios que cautivan a los productores con fórmulas monopsonicas, monopolios agrarios que rinden una industria fuerte y moderna. Contrario, el ejido, como minifundio inicia a mostrar debilitamiento al no contar con apoyos similares, así como ser sujeto de demagogias políticas como en su extensión, ante las grandes plantaciones corporativas de los agronegocios, abiertamente ineficientes en el sentido fordista de la palabra, que funda su eficiencia en una producción a gran escala. Por ello, la contradicción en el campo se da por la ascensión económica de los agronegocios monopolistas que contrasta con el depauperio de los minifundios, donde ingresan principalmente los ejidatarios” (RAMÍREZ, idem, pg. 87).

Marco Loza (BUSTOS, 2008) vai chamar este processo de “fracasso da via camponesa na concorrência de acumulação capitalista agrária e o triunfo da via privada” (pg. 182) que tem como consequências a concentração de terras e formação de uma burguesia industrial.

Esta forma de propriedade sobreviveu porque, enquanto a região centro-norte do país evoluía rapidamente em direção às relações de produção capitalistas, o sul ficou com

Suas velhas estruturas e modos de funcionamento social. Significa dizer que o sul do país não sofreu mudanças profundas em suas estruturas agrárias e econômicas, nas hierarquias, hábitos sociais, culturais e políticos mais essenciais e tradicionais. Assim, a Revolução chegava ao sul com outro tempo e “desde fora” (HILSENBECK, 2007, pg.42).

Mas o atual regime de acumulação capitalista exige a tomada destas terras e a utilização da mão de obra barata dos nativos, por isso a constante pressão sobre os ejidos: “O capitalismo neoliberal tentou acabar com essa unidade, combinando modernização agrícola com repressão” (ARELLANO, 2002, pg. 26). Porém, fica cada vez mais difícil para as comunidades resistir, pois, apesar de serem unidades compostas por relações de produção peculiares os ejidos estão ligados às relações de produção capitalistas através do que Arellano chama de cidades-comércio (ARELLANO, 2002, pg. 26); é nas localidades próximas onde eles

Vendem seus produtos por preços mais baixos que o custo real de produção; são mão de obra barata para a agricultura moderna, indústria, comércio e outros serviços; compram bens de consumo a preços mais altos que nas zonas urbanas; pagam altas taxas de interesse ao capital agiota; são explorados e enganados por funcionários públicos e *tinterillos*; e, salvo algumas exceções, sofrem a perda de seus valores e necessidades próprios pela ação das Igrejas católica e protestante (ARELLANO, 2002, pg. 25/6).

Os ejidos são conseqüências do desenvolvimento do capitalismo no México, e estão ligados a ele desde a intensificação da exploração da mão de obra; pela forma como o Estado se relaciona com estas “unidades sócio-econômicas” (Arellano, 2002), por exemplo, as políticas de desenvolvimento ou de repressão; e os ejidos também estão ligados à dinâmica das relações internacionais pela existência de inúmeros investimentos de capitais estrangeiros. Nossa posição aqui é a de que o Estado de Chiapas ficou com a posição de importante produtor agrícola e de “recursos naturais” na sociedade mexicana, daí que dentro da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo mexicano as relações sociais de produção em Chiapas sofreram poucas alterações se comparadas com outros estados da sociedade mexicana, devido às lentas transformações das relações no campo, e neste mesmo sentido podemos afirmar que o levante zapatista em janeiro de 1994 é uma resposta à intensificação da exploração dos trabalhadores no regime de acumulação integral, que conseguiu se impor à totalidade da sociedade mexicana devido não só à drástica transformação que foi o desaparecimento das antigas políticas estatais de fomento à produção mas de igual modo sua substituição pela repressão generalizada a todo movimento social, destacando as mudanças nas leis que legitimaram a intensificação das repressões (HILSENBECK, 2007).

No ano de 1994 a participação da produção agrícola de Chiapas no PIB do México foi de 4.35%, ao tempo em que a da capital foi de somente 0.50%, (Sistema Nacional de Informacion, Estadística y Geografía). Segundo Morfín

Chiapas posee una extensión territorial de 7 millones 563 mil 440 hectáreas, de las cuales 3

millones 99 mil 172 (40.97 por ciento) se destinan a las actividades forestales; un millón 402 mil 578 (18.54 por ciento) a las actividades agrícolas, 2 millones 495 mil 595 (32.58 por ciento) a la ganadería y 568 mil 086 (7.51 por ciento) a otras actividades” (MORFÍN, Idem, pg. 2).

Ainda segundo o Anuário de Chiapas do ano de 1993 dos 854 159 mil trabalhadores cadastrados em Chiapas 498 320 mil trabalhavam em ramos do setor primário (agropecuária). Com estes dados podemos afirmar que as duas classes fundamentais em conflitos no estado de Chiapas são o campesinato e o latifundiário ou em menor escala os industriais, mas basicamente tem-se o camponês subordinado às relações de produção capitalistas no campo, segundo Morfín:

En la rama agrícola confluyen dos formas de producción que engloban características diferenciadas, una es la agricultura de subsistencia y otra la comercial. Pese a que no existen cifras precisas que puedan definir una frontera entre ambas, el 65 por ciento de la población tiene una economía de subsistencia que le obliga a emplearse como asalariada en las fincas cafetaleras, bananeras o en otras actividades que le permitan obtener ingresos (MORFÍN, pg. 3/4).

Esta afirmação corrobora com a nossa concepção da existência de um modo de produção camponês subordinado ao modo de produção capitalista:

A produção camponesa produz bens materiais e se constitui como uma relação social, fundamentada no trabalho familiar, que colocam frente à frente o campesinato, enquanto classe produtora, à outras classes sociais, principalmente a burguesia, enquanto classe exploradora (VIANA, pg. 24).

Falando a respeito de “unidades sócio-econômicas”, os ejidos ou locais de produção das comunidades camponesas indígenas, Arellano também parece corresponder com nossa posição, pois relata que seu modo de vida (determinada relação com a terra, determinada forma de organização, visão de mundo diferenciada da visão capitalista predadora) é o que lhes dá sentido, e ao mesmo tempo estão conscientes das mudanças trazidas pelas suas relações com as “cidades-comércio”, que os liga à sociedade capitalista (ARELLANO, 2002, pg. 26). O conflito em Chiapas é um conflito que põe em lados opostos camponeses organizados em revolta e donos de vastas extensões de terra, segundo Hilsenbeck 1% da população de Chiapas detêm 15% das terras (Hilsenbeck, 2007, pg. 49), e isto explica o surgimento do EZLN, como bem demonstrou James Petras:

Essencialmente trata-se de um movimento de guerrilha que depende das comunidades camponesas. Não tem um “braço civil”. Ao contrário de outros exércitos de guerrilha na América Central, os comandantes têm que consultar as comunidades e estas são inflexíveis em um ponto: não pode haver um acordo de paz sem resolver primeiro assuntos agrários (reforma agrária, crédito agrícola, garantia de compra, política de preços, etc.) Temas como o desarmamento e democratização ou processos eleitorais mais amplos dependem, antes de tudo e principalmente, da satisfação da reivindicação de terra e justiça (PETRAS, 1999, pg. 123).

O que James Petras nos fala é importante porque demonstra que no movimento a questão da terra é essencial, o que no fundo inviabiliza uma paz duradoura entre as classes, sendo justamente a guerra produto do desenvolvimento capitalista na região; pois como demonstrou Viana apesar de o modo de produção camponês ser engendrado pelo modo de produção capitalista ele é subordinado a este, sendo uma forma de produção complementar não-capitalista, mas explorada, que precisa se

dirigir ao mercado para satisfazer uma parte das suas necessidades, e por isso se subordinam às relações de produção capitalistas que são dominantes na sociedades modernas (VIANA, 2009b, pg. 29), logo, sendo explorada (mesmo que sua exploração não seja a exploração primária e fundamental da sociedade capitalista) é uma classe que possui interesses divergentes da classe dominante, daí que podemos entender a luta zapatista.

Portanto, não podemos entender as ações repressivas contra o EZLN somente como possuindo um conteúdo violento, de ação armada, mas também se esconde através de discursos e projetos de desenvolvimento econômico integrador desta região às hegemonias das formas de acumulação que predominam nas regiões mais “desenvolvidas” e como consequência negando a distribuição de terras para as comunidades; no fundo se trata de criar novos nichos para a acumulação integral, exploração da mão de obra de todos, passando a alcançar os grupos étnicos[1] que vivem nos confins do México (ou de todos os lugares possíveis), o domínio sobre suas terras, a destruição de suas culturas dado que não conseguem compreender a lógica de domínio do capital sobre o espaço onde produzem sua existência, suas relações sociais e cultura.

Em suma, as estatísticas de que nos servimos demonstraram a dimensão da produção agropecuária no estado de Chiapas e ao mesmo tempo nossa bibliografia demonstrou o quanto foi diminuta e atrasada os efeitos da Revolução Mexicana de 1910/1917 neste estado, realidade social esta que se complexificou com a implantação de medidas características do regime de acumulação integral: intensificação da repressão, mudanças na legislação trabalhista e alterações nos códigos de defesas da propriedade comunais (alteração no artigo 27 da Constituição Mexicana), visando a facilitar o acesso das transnacionais às riquezas naturais de Chiapas[2].

Diante do que foi dito queremos explicitar com maior clareza nossa consideração a respeito do movimento que se constrói em Chiapas. Nossa hipótese é de que este movimento se baseia em uma classe social, os camponeses. Foram as comunidades de camponeses, revoltadas com as medidas empreendidas pelos governos desde fins da década de 1970 que abriram espaço para que intelectuais marxistas de origem urbana divulgassem suas idéias naqueles ambientes. Petras (1999) fala de uma interação dialética entre as comunidades e intelectuais marxistas, o que representaria o novo e autêntico neste movimento é que se desenvolveu de forma diferente dos outros movimentos camponeses capitaneados por intelectuais marxistas (Indochina, China, alguns países da América Latina), nos quais houve uma subordinação das comunidades aos objetivos dos partidos; Jan de Vos ressalta a incorporação do termo zapatista na nomenclatura do movimento que visa expressar a continuidade da luta dos “*campesinos em busca de nuevas tierras y mejores condiciones para sus hijos*” (VOS, 2002, p. 326) e a disposição de luta armada e de integrar o Comitê Revolucionário Indígena, núcleo do EZLN (idem, 340); Já Montemayor (1997) nos chama atenção para o

reducionismo militar que tenta desvincular o zapatismo de uma base social sólida e politicamente organizada, e ao mesmo tempo reduzir a solução do problema a uma saída militar, política comprovada pelos dados apresentados por Gennari (2005) sobre a desproporção entre o contingente militar e a estrutura de educação e saúde em Chiapas.

Como bem demonstra Montemayor o processo de concentração de terras em Chiapas não é um processo que surge com a modernização do campo para produzir mais, é resultado de movimentos de expansão sobre as terras indígenas, de séculos de desequilíbrio social causadores de *“hambre, el despojo, la represión, la cerrazón de autoridades políticas y judiciales, la presión de ganaderos y terratenientes”* (MONTEMAYOR, 1997, P. 62).

A especificidade de Chiapas é que quase a totalidade dos camponeses são indígenas. Segundo o *censo La Población hablante de lengua indígena de Chiapas* (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, GEOGRAFÍA E INFORMÁTICA, 2000, p. 19/20) aproximadamente um quinto dos municípios são eminentemente indígenas (mais de 70% da população fala alguma língua indígena) e deste total cerca de 78.9% estão no campo. Mesmo constituindo a imensa maioria da população de Chiapas os camponeses indígenas são vítimas de um secular racismo. Montemayor adverte para o tamanho da dimensão do preconceito sofrido pelas comunidades:

Pero hay otra dimensión mayor que engloba este conflicto y que lo ilumina desde otros ángulos de la realidad nacional e incluso continental: el racismo. Chiapas es solamente el punto extremo de la discriminación racial que padece el indígena en México. Sólo un prejuicio racista tan arraigado como el que prevalece en la mayoría de los ganaderos, empresarios y políticos chiapanecos, y aun en gran parte de la población mestiza de clases medias, puede explicar la falta absoluta de respeto por el patrimonio, la vida, la salud, la educación, la alimentación, la cultura y las tierras, bosques y las selvas de las comunidades indígenas (MONTEMAYOR, 1997, p. 63).

Ramírez não analisa diretamente o EZLN, mas vai ao encontro de Montemayor na relevância que dá à importância do racismo na elite política mexicana. Para ele, esta inclinação se inflamou com o advento do neoliberalismo (herdeiro direto dos princípios elitistas do liberalismo mexicano no século XIX) que orbitando ao redor de forças sociais que ele chama de ultra-direita traz *“implícitos prejuicios de raza, género, condición social e intolerancia de credo, manifiestos abiertamente en su protagonismo como fundadores de la derecha del país”* (RAMÍREZ, 2009, p. 90).

Mas a classe de camponeses indígenas não poderia advir somente desta posição estrutural nas relações de produção; é na luta para preservação de seus interesses que as classes realmente se formam, que tentam passar para toda a sociedade seus interesses como se fossem de toda a sociedade, para Marx:

Os indivíduos, isoladamente, só formam uma classe na medida em que têm de empreender uma luta comum contra outra classe; no restante, eles se defrontam como inimigos na concorrência, por outro lado, a classe torna-se autônoma em relação aos indivíduos de

maneira que estes últimos têm suas condições de vida predeterminada e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal definidos pela sua classe; tornam-se subordinados a ela (MARX, 2005, p. 87/88)

Como já foi ressaltado por inúmeros autores existe uma tradição secular de luta entre os indígenas daquela região (MONTEMAYOR, 1997; GENNARI, 2005; HILSENBECK, 2007; FIGUEIREDO, 2003; VOS, 2002); na conjuntura histórica de formação do EZLN (sua data de nascimento é comemorada dia 17 de novembro de 1983 com a chegada dos seis primeiros guerrilheiros na Selva Lacandona segundo VOS, 2002), este funcionaria mais como um catalisador de desejos das comunidades do que agente externo que impôs determinado programa de luta, isto parece nos indicar principalmente as reivindicações iniciais do movimento. A conjuntura imediata de surgimento do EZLN teve como principal ponto a luta pela terra, neste momento vemos a predominância de reivindicações típicas de camponeses: seu auge foi a revogação do artigo 27 da Constituição Mexicana; com a chegada em massa das comunidades indígenas na organização houve uma assimilação de reivindicações étnicas, neste ponto a luta contra o neoliberalismo se desmembra numa luta pela própria sobrevivência enquanto grupo social-cultural; é esta dinâmica do conflito que define o EZLN e suas bases sociais como uma classe social de camponeses indígenas. Em suma Hilsenbeck resume bem nossa concepção:

Assim, os zapatistas, por exemplo - e não perdendo de perspectiva a historicidade que acompanha essas categorias -, são indígenas, são camponeses, fazem parte da classe trabalhadora, dependendo do contexto, e nos referiremos sempre a eles em relação ao seu contexto, a partir das configurações concretas de sua socialização. Essa é uma relação dialética em que devemos sempre historicizar e analisar a *práxis* do movimento, seja na sua forma de compreender a realidade e a si mesmos, sua relação objetiva com os meios de produção, seja sua prática no mundo que pretendem modificar (HILSENBECK, 2007, p. 84).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a classe se constrói na dinâmica das relações de produção, mas como estas são relações de classes é também na luta de classe que se constrói uma classe, assim, a base social do EZLN é de camponeses indígenas porque sua luta assume uma característica de discurso de defesa da identidade indígena, ante tanto preconceito, mas é classista (apesar de envolver a sociedade nacional) porque não possui uma crítica somente étnica, racial, mas também social, histórica, e ética, posto que possui íntimas relações com o espaço que ocupa nas relações de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do levante e das práticas do EZLN é ela em si mesma reflexo da luta de classes existente na sociedade capitalista. O posicionamento diante deste fenômeno reflete a perspectiva social que o analisador pretende se colocar e os interesses de classe que defende. Devido ao contexto histórico de hegemonia dos setores dominantes, de refluxo da luta de classes e da falta de radicalização da luta de classes (excetuando alguns casos) a consciência de classe também reflete este refluxo; daí que as análises conservadoras se tornam também hegemônicas. Este é o caso do

trabalho de Di Felice, que despolitiza totalmente o movimento, tentando lhe retirar possíveis potencialidades de mudança, reduzindo-o a simples fenômenos culturais e desconectando-o da totalidade em que está inserido, atitude de análise típica da contra-revolução intelectual que se seguiu ao refluxo dos movimentos sociais contestatórios na década de 60, e que foi analisada por Viana (2007) como baseada na análise despolitizante e fragmentada.

BIBLIOGRAFIA

Anuário estatístico de Chiapas do ano de 1993. Disponível em: Sistema Nacional de Información, Estadística y Geografía.

ARELLANO, Alejandro. *As Raízes do Fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: editora alfarabio, 2002

BRIGE, Marco; DI FELICE, Massimo (ORGS). *VOTÁN-ZAPATA: A marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã, 2002.

BUSTOS, Rodolfo; MEDINA, Rafael; LOZA, Marco. *Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, conseqüências*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GENNARI, Emílio. “*Terra e Liberdade!*” *O grito de Zapata corre o mundo Seleção de textos e comunicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional 1994 – 1998*. Disponibilizado pelo projeto Xojobil.

GENNARI, Emílio. *EZLN: passos de uma rebeldia*. São Paulo : Expressão Popular, 2005

HILSENBECK, Alexander. *Abaixo e à Esquerda: uma Análise Histórico-Social da Práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. São Paulo, 2007, dissertação de mestrado em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.

La Población Hablante de Lengua Indígena de Chiapas. México: Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, 2004

MARX, K; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2005

MONTEMAYOR, Carlos. *Chiapas La rebelión indígena de México*. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1997

PETRAS, James. *A armadilha neoliberal: e alternativas para a América Latina*. São Paulo: editora Xamã, 1999

RAMÍREZ, Jorge. *Historia de la Modernidad en México, siglos xix –xx: enfoque estructural funcionalista*. s/d , 2009

VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. 2º ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007b

VIANA, Nildo. *O capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009

VIANA, Nildo (org.). *Temas de Sociologia Rural*. Pará de Minas, Virtualbooks, 2009.

Notas

[1] Em vários comunicados o EZLN justifica sua revolta no sentido de negação de um mundo que só tem espaço para eles (os índios) enquanto mercadorias e consumidores de mercadoria.

[2] Um detalhado trabalho sobre os capitais existentes em Chiapas se encontra em Elizabeth Morfin, *El Capital Nacional e Extranjero em Chiapas*; e o trabalho de Paulina Christlieb, *El EZLN y la GBI em Chiapas: derechos indígenas contra las corporaciones transnacionales*.